

COLEÇÃO  
**TRIBUNAIS E MPU**  
Coordenador HENRIQUE CORREIA

MARCELO ADRIANO FERREIRA



# ADMINISTRAÇÃO **FINANCEIRA E** **ORÇAMENTÁRIA**

PARA OS CONCURSOS DE TÉCNICO  
E ANALISTA

**2ª**  
edição

revista  
atualizada  
ampliada

**2020**

 **EDITORA**  
*Jus***PODIVM**  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

# ***EDITAL SISTEMATIZADO***

## **(Para facilitar a pesquisa e otimizar seu estudo)**

| ► ITENS DO EDITAL                                                                                                                                                                                                                                                                             | ► TÓPICOS DO LIVRO                      |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| Orçamento Público: Conceito, Princípios Orçamentários, Técnicas Orçamentárias.                                                                                                                                                                                                                | Cap. I, Cap. II e Cap. VII              |
| Ciclo Orçamentário: Elaboração da Proposta, Estudo e Aprovação, Execução e Avaliação da Execução Orçamentária.                                                                                                                                                                                | Cap. VI                                 |
| Orçamento Programa: Fundamentos e Técnicas.                                                                                                                                                                                                                                                   | Cap. II item 3                          |
| Orçamento Público no Brasil: Títulos I a VI da Lei Federal nº 4.320/1964.                                                                                                                                                                                                                     | Caps. de III a XII                      |
| Orçamento na Constituição Federal de 1988: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual.                                                                                                                                                                         | Caps. II e IV                           |
| Despesa Orçamentária: Conceito, Etapas e Classificação (Institucional, Classificação Funcional, Classificação por Estrutura Programática, Classificação por Natureza e outras classificações)                                                                                                 | Cap. IX                                 |
| Despesas de Exercícios Anteriores.                                                                                                                                                                                                                                                            | Cap. XI, item 3.                        |
| Suprimento de Fundos/Regime de Adiantamento                                                                                                                                                                                                                                                   | Cap. X                                  |
| Receita Orçamentária: Conceito, Etapas, Classificação (Classificação por Natureza), Origens e Espécies de Receita Orçamentária. Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores.                                                                                                                | Cap. VIII                               |
| Créditos Orçamentários Iniciais e Adicionais (Créditos ordinários e adicionais).                                                                                                                                                                                                              | Cap. IV, item 4 e Cap. V, item 4        |
| Estágios da Receita Orçamentária e da Despesa Orçamentária.                                                                                                                                                                                                                                   | Cap. VIII, item 4; Cap. IX, itens 4 e 5 |
| Dívida Ativa                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Cap. VIII, item 7                       |
| Restos a Pagar                                                                                                                                                                                                                                                                                | Cap. XI, item 2                         |
| Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal): Disposições Preliminares, Planejamento, Receita e Despesa Pública, Transferências voluntárias, Destinação de Recursos para o Setor Privado, Dívida e Endividamento, Gestão Patrimonial e Contábil, Relatório de Gestão Fiscal. | Cap. XII                                |
| Distinção entre sistema de controle interno e o controle interno da Administração Pública.                                                                                                                                                                                                    | Cap. VI, item XI                        |
| Controle Externo da Administração Pública.                                                                                                                                                                                                                                                    | Cap. VI, item XI                        |

| ► ITENS DO EDITAL                                                            | ► TÓPICOS DO LIVRO                         |
|------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------|
| Sistema e processo de orçamentação. Classificações orçamentárias.            | Cap VI; Cap. VIII, item 5; Cap. IX, item 6 |
| Estrutura programática.                                                      | Cap. IX, item 6.7.                         |
| Programação e execução orçamentária e financeira.                            | Cap. VI, item 10                           |
| Descentralização orçamentária e financeira.                                  | Cap. VI, item 10                           |
| Alterações orçamentárias.                                                    | Cap. V                                     |
| Noções de Orçamento Público e Finanças: Conceitos. Princípios orçamentários. | Cap. I, Cap. II e Cap VII                  |
| Orçamento-Programa: conceitos e objetivos.                                   | Cap. II item 3                             |
| Proposta orçamentária: Elaboração, discussão, votação e aprovação.           |                                            |
| LRF - Da Transparência, Controle e Fiscalização                              | Cap. XII, item 10                          |

► **OBSERVAÇÃO:**

Em regra, os editais são muito confusos e trazem termos genéricos que acabam por cancelar a banca a exigir qualquer tópico da disciplina ou de determinado assunto, como, por exemplo, “Orçamento Público no Brasil” ou “Classificações Orçamentárias”.

Este Edital Sistematizado é um orientador que tem por fim possibilitar uma concentração de esforços para aquele aluno que já conhece a disciplina, com o fim de possibilitar o aprofundamento dos estudos rumo aos tópicos com maior probabilidade de serem exigidos na prova. Dessa forma, o ideal é, ao menos inicialmente, a leitura completa do livro e, depois de dominar a disciplina, selecionar os tópicos conforme o edital acima.

| ► TRE – SP CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA                                                                                                                                     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Administração Financeira e Orçamentária:</b>                                                                                                                                                 |
| Orçamento Público: Conceito, Princípios Orçamentários.                                                                                                                                          |
| Ciclo Orçamentário: Elaboração da Proposta, Estudo e Aprovação, Execução e Avaliação da Execução Orçamentária.                                                                                  |
| Orçamento Programa: Fundamentos e Técnicas.                                                                                                                                                     |
| Orçamento Público no Brasil: Títulos I a VI da Lei Federal nº 4.320/1964. Orçamento na Constituição Federal de 1988: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual. |
| Despesa Orçamentária: Classificação Institucional, Classificação Funcional, Classificação por Estrutura Programática, Classificação por Natureza.                                               |
| Despesas de Exercícios Anteriores.                                                                                                                                                              |

# ***DICAS PARA PREPARAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO***

**SUMÁRIO:** 1. Introdução; 2. Defina objetivos; 2.1. Identifique os requisitos exigidos para o concurso; 2.2. Identifique suas limitações; 2.3. Defina o que você está disposto a sacrificar; 3. Meios para atingir seus objetivos; 3.1. Tempo; 3.2. Dinheiro; 3.3. Meios de estudo (cursos online, livros, apostilas) ; 4. Conheça o desafio que você vai enfrentar; 5. Faça um bom plano de estudos; 6. Como deve ser esse plano de estudos?; 6.1. Quantificação do tempo para estudo (calendário e controle); 6.2. Distribuição do tempo disponível para as diversas atividades ; 7. Como estudar; 8. Tenha paciência.

## **1. INTRODUÇÃO**

Ser aprovado em um concurso público para assumir um cargo que ofereça boas condições de trabalho e um salário considerável é o objetivo de vida de muitas pessoas. Além disso, o servidor público tem a possibilidade de adquirir a tão valorizada estabilidade após três anos de trabalho e o cumprimento de alguns requisitos.

Diante das vantagens de um cargo ou emprego público, é comum haver grande concorrência pelas vagas ofertadas. Como cada vez mais os certames são disputados por concurseiros de diferentes pontos do Brasil, o candidato deve se preparar com eficiência e qualidade para ser competitivo e conquistar seu sonho.

*“Se você já se decidiu por esse caminho, lembre-se de que há maneiras de otimizar o tempo de estudo e de melhorar seu desempenho”.*

Planeje-se!

Planejamento é essencial para quase tudo na vida. Quando se planeja algo, as chances de se obter êxito aumentam exponencialmente. Apesar de serem essenciais para a provação, dedicação e esforço muitas vezes não são suficientes para se atingir a realização de seu sonho, ser aprovado. Estar preparado mais rápido e eficazmente para aprovação em um concurso público requer também um bom plano.

## **2. DEFINA OBJETIVOS**

O primeiro passo na preparação é definir o quanto se deseja a aprovação. Isso porque, dependendo do cargo almejado, a preparação exigirá muita dedicação, pois tempo e paciência são diretamente proporcionais ao valor da remuneração e da complexidade do cargo.

Se seu objetivo é a aprovação em concurso público, o concurso para o analista e técnico do Tribunal Superior do Trabalho, por exemplo, é uma grande oportunidade de realizar seu sonho.

## **2.1. Identifique os requisitos exigidos para o concurso**

- Área de formação;
- Outras etapas;

## **2.2. Identifique suas limitações**

- Financeiras, grau de escolaridade, físicas etc.

## **2.3. Defina o que você está disposto a sacrificar.**

- Tempo, família, amizades, patrimônio...

## **3. MEIOS PARA ATINGIR SEUS OBJETIVOS**

O que você necessita realmente empregar para alcançar a aprovação?

### **3.1. Tempo**

Esse é seu grande sonho, então, planeje e empregue todo tempo disponível na sua preparação, seja lendo, assistindo à aula, resolvendo questões, fazendo simulados, preparando-se fisicamente. Depois que você vir seu nome publicado no Diário Oficial, verá que tudo valeu a pena.

### **3.2. Dinheiro**

Entenda que uma boa preparação requer, em regra, um esforço financeiro. Esse esforço não representa gasto, é, em realidade, investimento e quanto antes você for aprovado, mais rápido você terá o retorno do valor que foi investido.

Assim, avalie bem suas prioridades financeiras, entenda que vale a pena abrir mão de todos os gastos que não são essenciais e que não contribuirão para sua aprovação. O foco é a realização de seu sonho com a posse no cargo que você tanto almeja.

### **3.3. Meios de estudo (cursos online, livros, apostilas)**

Encontre a melhor forma de estudar, aquilo que você deve adequar a sua forma de aprender, como materiais, aulas presenciais ou online, além, é claro, de seu tempo e dinheiro. Cada pessoa acaba por descobrir a melhor forma de estudar, isso tem muito de individualismo e melhor forma de mensurar o grau de aprendizagem é por intermédio das questões, ou seja, seus índices de acertos.

## **4. CONHEÇA O DESAFIO QUE VOCÊ VAI ENFRENTAR**

A melhor forma de conhecer os detalhes do desafio que lhe aguarda é ler o último edital do concurso, lá você poderá identificar:

- 1) Todas as fases (etapas) do concurso que você deseja realizar além da prova objetiva, como prova discursiva, se houver.
- 2) As disciplinas cobradas com seus respectivos assuntos, a banca que normalmente realiza o concurso, dentre outros;

Veja, como exemplo, as disciplinas para o cargo A01 - ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – do TST (Tribunal Superior do Trabalho):

- 1) **Língua Portuguesa:** Interpretação de texto. Argumentação. Pressupostos e subentendidos. Níveis de linguagem. Articulação do texto: coesão e coerência. Termos da oração. Processos de coordenação e subordinação. Discurso direto e indireto. Tempos, modos e vozes verbais. Classes de palavras. Flexão nominal e verbal. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Ocorrência da Crase. Ortografia e acentuação. Pontuação. Equivalência e transformação de estruturas.
- 2) **Redação**
- 3) **Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência:** (Resolução CNJ nº 230/2016 - art. 19): Inclusão, direitos e garantias legais e constitucionais das pessoas com deficiência (Lei nº 13.146/2015; Lei nº 11.126/2005 e Constituição Federal). Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei nº 10.098/2000 e Decreto 5.296/2004). Prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência (Lei nº 10.048/2000 e Decreto 5.296/2004). Direitos no sistema de transporte coletivo (Lei nº 8.899/1994) e Decreto 3.691/2000). Símbolo de identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva (Lei nº 8.160/1991). Normas de apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social (Lei nº 7.853/1989 e Decreto 3.298/1999).
- 4) **Regimento Interno do TST:** Aprovado pela Resolução Administrativa nº 1.295/2008 com alterações dos Atos Regimentais nos 1/2011, 2/2011 e 3/2012 e Emendas Regimentais nos 1/2011, 2/2011 e 3/2012.
- 5) **Noções de Direito Constitucional:** Constituição: princípios fundamentais. Dos direitos e garantias fundamentais: dos direitos e deveres individuais e coletivos; dos direitos sociais; dos direitos de nacionalidade; dos direitos políticos. Da organização político-administrativa: das competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Da Administração Pública: disposições gerais; dos servidores públicos. Da organização dos Poderes. Do Poder Executivo: das atribuições e responsabilidades do Presidente da República. Do Poder Legislativo: da fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Do Poder Judiciário: disposições gerais; do Supremo Tribunal Federal; do Superior Tribunal de Justiça; dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais; dos Tribunais e Juízes do Trabalho; súmula vinculante e repercussão geral. Das finanças públicas: normas gerais; dos orçamentos. Das funções essenciais à

# ***ESPÉCIES DE ORÇAMENTO PÚBLICO/ TÉCNICAS ORÇAMENTÁRIAS***

**Sumário:** 1. Introdução; 1.1. Contextualização; 1.2. Questões; 2. Espécies de Orçamento Público Segundo Competências para Realizar Atribuições no Ciclo Orçamentário; 2.1. Orçamento legislativo; 2.2. Orçamento executivo; 2.3. Orçamento misto; 3. Espécies de Orçamento Público Quanto à Técnica Orçamentária, Quanto à Forma de Elaboração (existência de planejamento do gasto e vinculação entre planejamento e execução); 3.1. Orçamento Clássico ou Tradicional; 3.2. Orçamento Funcional, por Desempenho ou de Realizações; 3.3. Orçamento-Programa; 4. Espécies de Orçamento Público Quanto à Forma de Alocação de Recursos; 4.1. Orçamento de base zero – OBZ ou por estratégia; 4.2. Orçamento Incremental; 5. Espécie de Orçamento Segundo a Participação Popular Direta; 5.1. Orçamento sem Participação Popular Direta; 5.2. Orçamento Participativo – OP (Participação Popular Direta); 6. Espécie de Orçamento Público Segundo a Impositividade da Despesa; 6.1. Orçamento autorizativo; 6.2. Orçamento impositivo; 6.3. Impositividade no Brasil; 7. Orçamento por Resultado - OPR; 8. Praticando – Questões de Concursos Anteriores Comentadas; 9. Praticando – Questões de Concursos Anteriores Gabaritadas; 10. Gabarito.

## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1. Contextualização**

Com a evolução histórica, à medida que as técnicas de planejamento e orçamento foram evoluindo, diferentes tipos de orçamento foram experimentados, cada um com características específicas. O estudo da atividade orçamentária requer a identificação de características do orçamento em que se verificam fatores importantes ao entendimento e aprimoramento dessa atividade. Essas características estão presentes nas várias espécies de orçamento, as quais se diferem umas das outras. Veremos os critérios mais cobrados em concursos públicos.

### **1.2. Questões**

As questões relacionadas às espécies de orçamento, normalmente, referem-se às características e às diferenciações entre cada espécie de orçamento, ora elencando afirmações sobre um determinado tipo de orçamento, ora fazendo comparações entre eles.

O nível de dificuldade vai variar de acordo com o examinador, pode inclusive ocorrer a exigência de características muito específicas, refletindo, em muitos casos, a opinião de determinado autor. Fique atento, pois, a classificação quanto à forma de elaboração (evolutiva, quanto à existência de planejamento) é a mais exigida em provas dentre todas, sendo o orçamento-programa citado expressamente em vários editais.

Nesse contexto, podemos encontrar, em geral, três tipos de questões:

**1) Questões que versem sobre as características claras e incontestáveis de cada espécie de orçamento**

São questões mais fáceis e abundantes sobre este tema, referem-se às características mais conhecidas e incontestáveis, de cunho mais genérico. Essas questões tanto podem fazer afirmações com relação às espécies de orçamento, quanto podem fazer comparações entre elas. Vejamos a questão a seguir:

► **QUESTÃO COMENTADA:**

(CESPE – TJ TRT8/Administrativa/2016) Assinale a opção correta que apresenta o tipo de orçamento moderno, que enfatiza a vinculação entre planejamento e orçamento e o estabelecimento de metas e objetivos.

- a) orçamento participativo
- b) orçamento de desempenho ou por realização
- c) orçamento tradicional
- d) orçamento de base zero
- e) orçamento-programa

Gabarito: E

**COMENTÁRIO:**

Lendo este capítulo, você verá que o orçamento-programa é um orçamento moderno, em contraponto ao clássico, e que uma de suas características mais marcantes é a existência de um planejamento vinculado à execução. Se é moderno e se é um instrumento de planejamento, obviamente terá o estabelecimento de metas e objetivos.

► **OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:**

Dentre os critérios de diferenciação das espécies de orçamento, as mais exigidas em provas são, sem dúvida, as que se referem à existência ou não de planejamento (orçamento clássico ou tradicional, orçamento de realizações e orçamento-programa), exigindo, normalmente, conhecimento das principais características de cada tipo de orçamento e trazendo comparações, em regra, entre o Orçamento Tradicional (“ruim”) e o Orçamento-Programa (“melhor”).

**2) Questões que fazem afirmações relacionadas às situações mais técnicas de cada espécie de orçamento e que requerem conhecimento aprofundado, muitas vezes refletindo opiniões de determinados autores**

Muito mais raras, em comparação às citadas anteriormente, essas questões são exigidas, normalmente, em concursos de maior complexidade e voltadas para áreas específicas, ligadas à atividade orçamentária e contábil.



► **QUESTÃO COMENTADA:**

**(FCC – 2008 TCE-SP – Auditor do Tribunal de Contas)** No processo de avaliação do orçamento-programa, a análise custo-benefício pode ser usada para determinar o resultado econômico esperado de um dado programa governamental, o qual pode ser apurado pela diferença entre o valor

- a) das receitas orçamentárias a serem direcionadas ao programa e o custo contábil dos recursos a serem empregados na prestação dos serviços.
- b) dos benefícios diretos e indiretos do programa e o custo de oportunidade dos recursos a serem empregados na prestação dos serviços.
- c) dos benefícios diretos e indiretos do programa e o custo contábil dos recursos a serem empregados na prestação dos serviços.
- d) dos benefícios diretos e indiretos do programa e o valor das receitas de impostos a serem direcionadas para a sua execução.
- e) das receitas de impostos a serem direcionadas ao programa e o custo de oportunidade dos recursos a serem empregados na prestação dos serviços.

*Gabarito: b*

**COMENTÁRIO:**

Do contexto apresentado, vê-se que para responder essa questão, faz-se necessário mais conhecimento em Economia do que em Orçamento Público. O texto inicial da questão dispõe: “determinar o resultado econômico”. Neste caso, relaciona-se o custo de oportunidade com o valor dos benefícios, pois trata-se da análise do custo-benefício, e não do custo contábil.

**Custo Contábil:** trata-se de qualquer aplicação de recursos, sob diferentes formas, para a produção e distribuição de mercadorias (ou prestação de serviços), até ao ponto em que o produto gerado é transferido a um consumidor. É o custo efetivamente ocorrido, ou seja, um movimento real nas contas do Ativo (conjunto de bens e direitos) de alguma instituição.

**Custo Econômico:** a definição de custo, em Economia, está ligada ao conceito de escassez, ou seja, dado que as necessidades são ilimitadas e os recursos são escassos, o agente econômico deve fazer escolhas, as quais implicam diretamente nos custos. Nesta definição, fica implícito o conceito de custo de oportunidade, ou seja, numa decisão, faz-se necessário abrir mão de alguma coisa.

A renúncia em razão da escassez é o que se denomina como custo de oportunidade.

Diante do exposto, a alternativa “D” é a única que melhor se enquadra na resposta, pois trata-se de um processo de escolha, já que não é possível realizar todas as despesas necessárias, devendo-se escolher aquilo que se considera mais relevante, o qual pode ser apurado pela diferença entre o valor dos benefícios diretos e indiretos do programa e o custo de oportunidade dos recursos a serem empregados na prestação dos serviços.

### 3) Históricas

Assim como as que comentamos acima, estas questões são mais raras e exigidas, também, em concursos de maior complexidade, voltadas para áreas específicas, ligadas à atividade orçamentária e à contábil. Normalmente, possuem relação com o surgimento e com a evolução das espécies de orçamento.

**► QUESTÃO COMENTADA:**

(FCC – 2012: TRE-CE) Um sistema de planejamento, programação e orçamentação, introduzido sob a denominação de PPBS (*Planning Programming Budgeting System*), em que algumas das principais características são: integração, planejamento, orçamento; quantificação de objetivos e fixação de metas; relações insumo-produto; acompanhamento físico-financeiro e avaliação de resultados. Esta técnica orçamentária é conhecida como orçamento

- a) clássico.
- b) programa.
- c) de desempenho.
- d) variável.
- e) contínuo.

Gabarito: b

**COMENTÁRIO:**

Até meados do século XX, a espécie de orçamento predominante era o tradicional ou clássico, com algumas variações conforme o Estado a que se referisse, em função das especificidades do país que o elaborava. Em 1949, o governo dos Estados Unidos recomendou que se adotasse um orçamento baseado em funções, atividades e projetos, atribuindo-lhe o nome de Orçamento por Realizações (*Performance Budgeting*).

Com isso, em 1956, introduziu-se no plano orçamentário norte-americano uma fórmula mais avançada, chamada *Planning, Programming and Budgeting System* (PPBS) tendo, de acordo com Schubert, origens a partir de experiências orçamentárias de grandes empresas como Du Pont, General Motors e Ford.

## **2. ESPÉCIES DE ORÇAMENTO PÚBLICO SEGUNDO COMPETÊNCIAS PARA REALIZAR ATRIBUIÇÕES NO CICLO ORÇAMENTÁRIO**

Observado este critério, é possível identificar os seguintes tipos de orçamento:

### **2.1. Orçamento legislativo**

Orçamento cuja elaboração, aprovação e controle têm predominância do Poder Legislativo nas suas etapas, cabendo ao Poder Executivo operacionalizar a sua execução. É encontrado, basicamente, em países cujo regime de governo é parlamentarista. Sendo o Poder Legislativo independente, o Orçamento é: democrático.

### **2.2. Orçamento executivo**

Orçamento cuja elaboração, aprovação, execução e controle ficam a cargo do Poder Executivo, normalmente sem nenhum tipo de controle externo. Encontrado, na maioria dos casos, em países de governos totalitários.

Importante citar que não basta a existência de uma casa Legislativa que aprove um orçamento para que este deixe de ser considerado executivo, para tanto, o Poder Legislativo deve ser independente.

### 2.3. Orçamento misto

Orçamento cujas principais competências (elaboração/iniciativa, apreciação (discussão/aprovação), execução e controle) são divididas entre os Poderes Executivo e Legislativo, onde elaboração/iniciativa e execução ficam sob a responsabilidade do Poder Executivo, enquanto que apreciação (discussão/aprovação) e controle cabem ao Poder Legislativo. É democrático, pois as despesas são analisadas por representantes do povo (Poder Legislativo), que autorizam o Executivo a realizar os gastos públicos conforme aprovados em lei – princípio da legalidade. É este o tipo de orçamento adotado no Brasil.

Ressalta-se que o Brasil já experimentou os três tipos de orçamento.

### 3. ESPÉCIES DE ORÇAMENTO PÚBLICO QUANTO À TÉCNICA ORÇAMENTÁRIA, QUANTO À FORMA DE ELABORAÇÃO (EXISTÊNCIA DE PLANEJAMENTO DO GASTO E VINCULAÇÃO ENTRE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO)

Este critério busca estabelecer relações entre os gastos públicos e os objetivos destes gastos, tendo um cunho histórico, pois a adoção dos tipos de orçamento é resultado de um processo evolutivo e de aperfeiçoamento. Os esforços para a integração entre planejamento, programação e orçamentação marcam a evolução da integração do planejamento no orçamento público.

Quanto à forma de elaboração, podemos citar os seguintes tipos de orçamento:

- a) Orçamento Tradicional ou **Clássico**;
- b) Orçamentos modernos:
  - **De Desempenho ou Realizações**;
  - **Orçamento-programa** (o mais importante, portanto, observe os detalhes).

Os conceitos de orçamento tradicional e orçamento moderno não são modelos definidos, mas, sim, concepções extremas a partir das quais os modelos e técnicas orçamentárias são elaborados.

Com relação às questões de prova, fique atento, pois, no que concerne às características e às comparações entre orçamento tradicional e orçamento-programa, em regra, o orçamento-programa sempre será apresentado com características “boas”, enquanto que o tradicional, com características “ruins”.